



**ECONOMIA BRASILEIRA: POLÍTICA FISCAL E OS DESAFIOS DO
CRESCIMENTO ECONÔMICO**
**BRAZILIAN ECONOMY: FISCAL POLITICS AND THE CHALLENGES OF
ECONOMIC GROWTH**

JUNIOR, Carlos Melo de Andrade¹

RESUMO

A economia brasileira enfrenta desafios estruturais, incluindo a estagnação do crescimento econômico e a gestão fiscal. Este estudo analisa a política fiscal no Brasil, focando no impacto dos gastos públicos e a relação entre controle fiscal e o crescimento econômico. O trabalho destaca que a expansão descontrolada dos gastos públicos tem sido um dos principais limitadores do crescimento, resultando em endividamento e perda de credibilidade fiscal. A complexidade do sistema tributário e a elevada carga tributária também contribuem para ineficiências que afetam a competitividade do país e a atração de investimentos. O estudo reforça que a criação de um ambiente de negócios favorável, aliado à segurança jurídica e previsibilidade, é essencial para o desenvolvimento econômico. Além disso, a excessiva burocracia e a insegurança institucional são obstáculos para os investimentos, impactando negativamente a geração de empregos e a produtividade. A pesquisa sugere que reformas estruturais, como a modernização da legislação tributária e a simplificação do sistema fiscal, são necessárias para restaurar a confiança econômica e estimular o crescimento. A inovação e o investimento em tecnologia são identificados como fundamentais para o crescimento sustentável, com países que priorizam esses aspectos alcançando alta competitividade. A baixa taxa de investimento em infraestrutura e inovação no Brasil é apontada como um fator limitante para o crescimento a longo prazo. O estudo conclui que uma política fiscal responsável, que equilibre a eficiência nos gastos públicos e o estímulo ao investimento privado, é essencial para garantir um desenvolvimento econômico dinâmico e inclusivo.

Palavras-chaves: Economia Brasileira. Política Fiscal. Crescimento Econômico. Desafios.

ABSTRACT

The Brazilian economy faces structural challenges, including stagnant economic growth and fiscal management. This study analyzes fiscal politics in Brazil, focusing on the impact of public spending and the relationship between fiscal control and economic growth. The paper highlights that the uncontrolled expansion of public spending has been one of the main constraints on growth, resulting in debt and loss of

¹ Bacharel em Engenharia Civil pela UniFOA e Ciências Econômicas pela UniCV. Especialista em Avaliações, Perícias e Gestão de Contratos pelo IBEC, MBA em Gestão da Qualidade pela Faculdade Descomplica, Engenharia de Segurança do Trabalho pela UNIMAIS, Gestão Empresarial pela UniFatecie, MBA em Administração de Empresas pela FACUVALE, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas pela FACUVALE, Especialização em Docência e Gestão do Ensino Superior pela FACUVALE e Mestre em Negócios Internacionais pela MUST University. cmjr89@gmail.com

fiscal credibility. The complexity of the tax system and the high tax burden also contribute to inefficiencies that affect the country's competitiveness and the attraction of investment. The study reinforces that the creation of a favorable business environment, combined with legal certainty and predictability, is essential for economic development. In addition, excessive bureaucracy and institutional insecurity are obstacles to investment, negatively impacting job creation and productivity. The research suggests that structural reforms, such as modernizing tax legislation and simplifying the tax system, are necessary to restore economic confidence and stimulate growth. Innovation and investment in technology are identified as key to sustainable growth, with countries that prioritize these aspects achieving high competitiveness. The low rate of investment in infrastructure and innovation in Brazil is highlighted as a limiting factor for long-term growth. The study concludes that a responsible fiscal politics, which balances efficiency in public spending and the stimulation of private investment, is essential to ensure dynamic and inclusive economic development.

Keywords: Brazilian Economy. Fiscal Politics. Economic Growth. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira é marcada por ciclos de crescimento e períodos de retração que refletem a complexa dinâmica das políticas fiscais adotadas nas últimas décadas, conforme argumentam Giambiagi e Além (2022). A relação intrínseca entre política fiscal e crescimento econômico se revela como um tema central e de suma importância para a compreensão do desenvolvimento do país. Isso ocorre uma vez que as escolhas governamentais, que envolvem a arrecadação de receitas, o manejo das despesas e a questão do endividamento, têm um impacto direto e significativo na atividade econômica, na capacidade de geração de emprego e, consequentemente, no bem-estar social da população brasileira.

A trajetória fiscal brasileira tem sido marcada por desafios relacionados ao controle do déficit público. No período pós-Constituição de 1988, houve um aumento expressivo dos gastos obrigatórios com saúde, educação e previdência social. A rigidez orçamentária imposta por esses gastos limitou a capacidade de investimento do governo em infraestrutura e inovação, fatores essenciais para o crescimento econômico sustentado. As reformas fiscais recentes, como a reforma da previdência de 2019, buscaram justamente reduzir essa rigidez e garantir maior flexibilidade na alocação dos recursos públicos.

A arrecadação tributária é um componente central da política fiscal. O sistema tributário brasileiro, porém, apresenta alto grau de complexidade e regularmente é criticado, onde penaliza proporcionalmente mais os contribuintes de baixa renda. Para Piketty (2014), a progressividade tributária é um elemento fundamental para a promoção da justiça social e para a redução das desigualdades econômicas.

De acordo com Giambiagi e Além (2022), o elevado nível de endividamento compromete a capacidade do governo de implementar políticas expansionistas e aumenta a vulnerabilidade do país a choques externos. A manutenção de uma trajetória sustentável para a dívida pública depende de um equilíbrio delicado entre arrecadação, controle de gastos e crescimento econômico.

A relação entre política fiscal e crescimento econômico é também influenciada pelas condições econômicas globais. Crises financeiras internacionais, como a de 2008, demonstraram como eventos externos podem afetar profundamente as finanças públicas brasileiras. Além disso, a integração do Brasil às cadeias globais de valor exige uma política fiscal que torne as empresas nacionais mais competitivas.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar de maneira aprofundada e detalhada a importância crucial da política fiscal para o desenvolvimento e crescimento econômico no Brasil, explorando minuciosamente os principais instrumentos fiscais utilizados pelo governo ao longo dos anos. Também será abordado os desafios significativos que têm sido enfrentados pelo governo nas últimas décadas e os variados impactos das medidas adotadas nos últimos anos sobre a economia brasileira contemporânea. Essa análise busca contribuir de forma significativa para uma melhor compreensão das complexas relações entre a política fiscal e o desempenho econômico do país, bem como as implicações dessas práticas na vida cotidiana dos cidadãos brasileiros, que sentem diretamente os efeitos destas políticas em suas despesas e tributações.

2 POLÍTICA FISCAL

A política fiscal é o conjunto de medidas adotadas pelo governo para administrar as receitas e despesas públicas, com o objetivo de influenciar o

desempenho da economia e promover o equilíbrio macroeconômico (GIAMBIAGI; ALÉM, 2022). Essa política desempenha um papel central na manutenção da estabilidade econômica, na geração de emprego, no controle da inflação e na promoção de justiça social, além de ser um mecanismo importante para enfrentar crises econômicas e sustentar o crescimento de longo prazo. Para alcançar esses objetivos, o governo utiliza três principais instrumentos: tributação, gastos públicos e endividamento público.

A política tributária pode ser cuidadosamente ajustada para estimular o consumo, incentivar certos setores da economia, desestimular comportamentos econômicos desfavoráveis ou promover uma distribuição mais equitativa da renda entre a população. Além disso, uma tributação eficiente pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico, garantindo que os investimentos em serviços públicos essenciais sejam sustentados de forma adequada (FERNANDES; SOUZA, 2024).

Gastos públicos envolvem os investimentos necessários e essenciais em áreas fundamentais, como infraestrutura, educação, saúde e seguridade social. Quando bem direcionados e administrados, os gastos públicos podem efetivamente impulsionar a produtividade e também melhorar a qualidade de vida da população de forma geral (SALGADO, 2024).

Uma gestão eficiente e eficaz desses instrumentos exige um equilíbrio cuidadoso e delicado, de modo a garantir não apenas a sustentabilidade das finanças públicas, mas também a promoção da justiça social e a garantia de um ambiente econômico estável e altamente favorável ao desenvolvimento sustentável do país. Essa abordagem deve incluir estratégias que incentivem a equidade e a inclusão, promovendo oportunidades iguais para todos os cidadãos, e assegurar que os recursos sejam utilizados de maneira responsável e prudente (SOUSA, 2024).

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico refere-se ao aumento contínuo e sustentável da capacidade produtiva de uma economia ao longo do tempo, frequentemente medido

por meio da variação do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais. Esse conceito envolve não apenas o incremento da produção de bens e serviços, mas também a melhoria da eficiência produtiva, a expansão do mercado de trabalho e o fortalecimento de setores estratégicos da economia (CARDOSO, 2022).

Ao dinamizar a economia de maneira eficaz e adequada, o crescimento sustentável não apenas cria, mas também assegura um ambiente altamente favorável à geração de novos empregos e à expansão do consumo das famílias, promovendo assim um ciclo virtuoso e contínuo de desenvolvimento econômico, social e urbano. Essa dinâmica positiva e constante impulsiona ainda mais investimentos, estimulando a inovação e a melhoria significativa na qualidade de vida da população, além de promover avanços em diversas áreas essenciais da sociedade (BATISTA et al., 2024).

Fatores como inovação tecnológica, aumento da produtividade do trabalho e ampliação dos investimentos em capital humano são fundamentais para impulsionar o crescimento econômico de maneira sustentável. A capacidade de uma economia em adotar novas tecnologias e adaptar-se a mudanças estruturais tem um impacto significativo no seu potencial de crescimento de longo prazo. Economias que investem continuamente em educação, pesquisa e desenvolvimento tendem a alcançar níveis mais elevados de competitividade e eficiência produtiva (SILVA, 2024).

Políticas públicas que promovam de forma eficaz a inclusão social, a redução significativa das desigualdades e o fortalecimento contínuo do mercado de trabalho desempenham um papel crucial e determinante na construção de um crescimento econômico sustentável e verdadeiramente inclusivo. A combinação bem equilibrada de investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica e capacitação da força de trabalho, juntamente com uma regulação econômica eficiente e adequada, constitui o caminho ideal para a formação de uma economia mais dinâmica e próspera. É essencial que tais políticas sejam implementadas de maneira a criar oportunidades para todos os segmentos da sociedade (ALVES et al., 2023).

4 INTRODUÇÃO À ECONOMIA BRASILEIRA

O estudo do sistema econômico brasileiro oferece uma análise detalhada e minuciosa dos elementos fundamentais que estruturam a economia nacional, destacando aspectos históricos, estruturais e conjunturais que moldam sua dinâmica econômica. Essa análise é essencial para entender não apenas como a economia brasileira se desenvolveu ao longo do tempo, mas também como fatores internos e externos influenciam as suas operações. A economia brasileira é complexa e diversificada, refletindo a riqueza e a variedade das suas manifestações.

Segundo Fausto (2017), a história econômica do Brasil é marcada por ciclos de crescimento e crise, desde a economia colonial baseada na monocultura até a industrialização do século XX. Esses processos foram influenciados por fatores políticos, como a transição para a democracia, e por mudanças nas condições globais de mercado. O entendimento dessas transformações é crucial para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelo país, que incluem a necessidade de crescimento socioeconômico, inclusão social e maior competitividade internacional.

A estrutura econômica do Brasil é marcada por três setores primordiais: agropecuária, indústria e serviços. A agropecuária desempenha um papel fundamental, garantindo uma expressiva participação nas exportações nacionais e contribuindo para a segurança alimentar global. A indústria, por sua vez, é essencial para a geração de empregos e para a produção de bens de alto valor agregado, enquanto o setor de serviços, que tem registrado uma expansão expressiva, emerge como um dos pilares para a estabilidade e dinamismo da economia nacional (FREITAS, 2024).

A diversidade regional é um traço marcante da economia brasileira, manifestando-se em distintas configurações produtivas de Norte a Sul. Enquanto a região Sudeste se destaca pela concentração industrial e financeira, o Centro-Oeste é reconhecido pelo agronegócio, impulsionado por técnicas agrícolas modernas. As regiões Norte e Nordeste possuem economias mais dependentes de setores primários e enfrentam desafios relacionados à infraestrutura e à desigualdade socioeconômica.

Essa heterogeneidade reflete não apenas as potencialidades regionais, mas também as disparidades sociais que persistem (THEIS; BUTZKE, 2023).

O cenário econômico brasileiro está constantemente sujeito às influências de fatores internos e externos. Flutuações na política monetária, crises políticas e desafios fiscais afetam diretamente o desempenho econômico do país. No âmbito externo, eventos globais, como crises financeiras internacionais, mudanças nos mercados de commodities e alterações nas cadeias produtivas globais, exercem um impacto relevante sobre a economia brasileira, demonstrando sua vulnerabilidade a fenômenos exógenos (VARGAS; BRITO, 2024).

O agronegócio desempenha um papel fundamental na economia brasileira, sendo responsável por uma parcela significativa das exportações e contribuindo de forma expressiva para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o setor representou cerca de 21% do PIB em 2020, consolidando-se como um dos pilares econômicos do país (CEPEA, 2025).

A indústria, embora essencial para a economia, enfrenta desafios complexos, como a desindustrialização precoce e a necessidade de modernização tecnológica. O setor de serviços tem se tornado cada vez mais relevante na economia brasileira, abrangendo atividades como finanças, logística, turismo e entretenimento. Esse segmento tem demonstrado resiliência durante crises econômicas, desempenhando papel crucial na geração de emprego e renda. A digitalização e o surgimento de tecnologias disruptivas oferecem novas oportunidades para fortalecer esse setor. Conforme destacado por Melo (2019), a transformação digital e a adoção de tecnologias emergentes são essenciais para impulsionar a competitividade e a inovação nos serviços.

Compreender a dinâmica econômica brasileira exige uma análise crítica e aprofundada dos fatores que moldam sua realidade contemporânea. A integração de aspectos históricos, estruturais e conjunturais permite uma visão abrangente dos desafios e potencialidades da economia nacional. É extremamente necessário fomentar a elaboração de políticas econômicas eficazes e sustentáveis, que

promovam o desenvolvimento econômico e social em um mundo em constante transformação.

5 POLÍTICA FISCAL: CONCEITOS E INSTRUMENTOS

Os principais instrumentos da política fiscal incluem a arrecadação de impostos, a gestão estratégica do orçamento público e a execução criteriosa dos gastos governamentais. A utilização de impostos de forma adequada, a atualização constante das alíquotas e a supervisão das obrigações tributárias são elementos cruciais para o bom funcionamento dessa política. De acordo com Giambiagi e Além (2022), a política fiscal deve ser conduzida de maneira responsável, garantindo que os recursos sejam aplicados com transparência e eficácia. Essa abordagem visa não apenas a obtenção de equilíbrio nas contas públicas, mas também a confiança dos investidores e do mercado, que dependem de uma gestão fiscal sólida para avaliar os riscos econômicos de um país.

A política fiscal representa um conjunto de medidas adotadas pelo governo para administrar receitas e despesas, visando influenciar a atividade econômica, garantir a estabilidade financeira e promover o desenvolvimento social. Segundo Musgrave e Musgrave (1989), a política fiscal tem três principais funções: alocação de recursos, distribuição de renda e estabilização econômica.

Um dos aspectos mais relevantes da política fiscal é sua capacidade de estimular o crescimento econômico de maneira sustentável, beneficiando todas as esferas da sociedade. A política fiscal atua como uma ferramenta de redistribuição de renda, pois aloca os recursos públicos de forma a reduzir as desigualdades sociais. De acordo com Piketty (2014), a utilização de instrumentos fiscais para promover a equidade social é fundamental, especialmente em uma sociedade marcada por profundas desigualdades econômicas. Através de investimentos significativos em áreas como educação, saúde, habitação e infraestrutura, o governo busca não apenas melhorar a qualidade de vida da população, mas também impulsionar o potencial produtivo do país e suas indústrias, criando condições para um crescimento sustentável e competitivo.

A política fiscal busca promover o equilíbrio fiscal, especialmente em momentos de crise econômica, quando o governo se vê pressionado a adotar medidas para estimular a economia. A sustentabilidade fiscal é um elemento chave, pois garante que o governo tenha recursos suficientes para honrar suas obrigações e investir em áreas essenciais, mesmo em períodos de adversidade econômica. A gestão responsável das finanças públicas é vital para a manutenção da estabilidade econômica e para o fortalecimento da confiança do mercado e da sociedade. A transparência na administração fiscal e o controle social são outros pilares importantes da política fiscal.

A transparência na gestão fiscal permite que os cidadãos compreendam como os recursos públicos são arrecadados e utilizados, promovendo maior engajamento e fiscalização (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1989, p. 112).

A participação ativa da sociedade na fiscalização das finanças públicas permite que os cidadãos acompanhem e questionem as decisões governamentais, contribuindo para uma gestão pública mais responsável e justa. O controle social é um mecanismo fundamental para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e em conformidade com as necessidades da população. A transparência nas ações fiscais também fortalece a democracia e promove um ambiente de maior participação cívica, onde os cidadãos se tornam agentes ativos na construção de políticas públicas.

Dessa maneira, a política fiscal eficiente não apenas garante a estabilidade econômica, mas também contribui para um modelo de crescimento sustentável e inclusivo. O planejamento fiscal de longo prazo deve ser constantemente avaliado e ajustado às mudanças no cenário econômico global para garantir a perenidade das políticas públicas. Esse planejamento deve ser constantemente avaliado e adaptado às mudanças no cenário econômico global, garantindo a eficiência do uso dos recursos e a perenidade das políticas econômicas.

Segundo Fausto (2017), a política fiscal deve ser vista como uma chave para o desenvolvimento, pois permite ao governo atender às necessidades de uma sociedade em constante transformação, ao mesmo tempo em que fortalece a convivência harmoniosa entre seus cidadãos.

6 A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: QUATRO DÉCADAS DE BAIXO CRESCIMENTO

Nos últimos 40 anos, a economia brasileira tem enfrentado um longo período de estagnação, caracterizado por um crescimento abaixo do potencial e distante do desempenho observado em outras economias emergentes. Diferente do período do “milagre econômico” entre 1968 e 1973, quando o Brasil registrou taxas médias de crescimento do PIB acima de 10% ao ano, as últimas décadas foram marcadas por um desempenho modesto, instabilidades macroeconômicas e dificuldades estruturais que limitaram o avanço do país. Esse fenômeno reflete uma combinação de fatores internos e externos, incluindo baixa produtividade, crise fiscal, instabilidade política e um ambiente de negócios pouco competitivo (MARQUETTI et al., 2024).

A desaceleração do crescimento econômico brasileiro se tornou evidente a partir da década de 1980, período conhecido como a “década perdida”. A crise da dívida externa, resultante do alto endividamento contraído nos anos anteriores, levou a uma recessão prolongada e à adoção de políticas de austeridade para tentar restaurar a estabilidade econômica. Durante esse período, a inflação atingiu níveis descontrolados, corroendo o poder de compra da população e dificultando o planejamento econômico. Esse cenário só começou a ser revertido na década de 1990 com a implementação do Plano Real, que estabilizou a moeda e reduziu significativamente a inflação, mas não foi suficiente para retomar um crescimento sustentável de longo prazo (FAUSTO, 2017).

A partir dos anos 2000, houve uma recuperação moderada impulsionada pelo boom das commodities e pelo aumento da demanda internacional, especialmente da China. O Brasil aproveitou esse ciclo favorável para expandir suas exportações e fortalecer seu mercado interno por meio do aumento do crédito e da expansão do consumo. No entanto, esse crescimento foi mais resultado de fatores externos do que de melhorias estruturais na economia. A falta de reformas voltadas para o aumento da produtividade e da competitividade limitou o potencial de expansão do país. Assim, quando os preços das commodities começaram a cair a partir de 2011, a economia brasileira voltou a desacelerar (LÉLIS et al., 2019).

A crise econômica de 2014-2016 evidenciou ainda mais as fragilidades do modelo econômico brasileiro. O período foi marcado por uma recessão severa, influenciada pela crise fiscal, pelo aumento da dívida pública e pelo ambiente político conturbado. O PIB encolheu mais de 7% no biênio, o desemprego disparou e a confiança dos investidores foi drasticamente reduzida. Do mesmo modo, a rigidez do orçamento público, com despesas obrigatórias crescentes e baixa margem para investimentos, dificultou a retomada da economia. Diferente de outros países emergentes que implementaram reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos, o Brasil permaneceu preso a um modelo econômico de baixa produtividade e alto custo tributário (BARBOSA FILHO, 2017).

Outro fator determinante para a estagnação do crescimento econômico brasileiro é a queda na taxa de investimento. Enquanto países asiáticos como China e Coreia do Sul apresentam investimentos superiores a 25% do PIB, o Brasil tem historicamente investido menos de 18%, um nível insuficiente para modernizar sua infraestrutura e impulsionar a inovação tecnológica (TINÔCO; GIAMBIAGI, 2018).

A baixa produtividade da economia brasileira se reflete na dificuldade de aumentar a competitividade industrial. O setor produtivo enfrenta um sistema tributário excessivamente complexo, uma infraestrutura deficitária e uma carga burocrática elevada, fatores que encarecem a produção e reduzem a eficiência das empresas. Enquanto outras economias emergentes investiram em educação, pesquisa e desenvolvimento para impulsionar sua produtividade, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais que impedem um crescimento robusto e sustentado no longo prazo (MIRANDA, 2023).

Para romper com esse ciclo de estagnação, o país precisa avançar em reformas estruturais que modernizem sua economia. A reforma tributária, por exemplo, é essencial para reduzir as distorções do sistema atual e tornar o ambiente de negócios mais competitivo. Além disso, a redução do déficit fiscal e o controle da dívida pública são fundamentais para restaurar a confiança dos investidores e garantir um crescimento mais equilibrado. Também é necessário ampliar os investimentos em capital humano e tecnologia, garantindo que a força de trabalho esteja preparada para os desafios da nova economia global (PAULA; PIRES, 2017).

Diante desse cenário, a retomada do crescimento econômico brasileiro depende da capacidade do país de implementar políticas que estimulem a produtividade, incentivem o investimento e garantam um ambiente macroeconômico estável. Sem mudanças estruturais, o Brasil corre o risco de permanecer preso a um ciclo de crescimento baixo, desperdiçando seu potencial econômico e limitando as oportunidades de desenvolvimento para as próximas gerações. Segundo Marquetti e Miebach (2023, p. 20), “a condição necessária para a retomada do crescimento é a superação do neoliberalismo tardio na economia brasileira com a construção de um novo consenso social.”

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira enfrenta desafios estruturais que se arrastam há décadas, refletidos na estagnação do crescimento, no descontrole fiscal e na baixa produtividade. Esses problemas não são recentes, mas sim o resultado de um modelo de gestão pública que prioriza gastos excessivos e ineficientes, comprometendo a capacidade do país de gerar desenvolvimento da economia. Esse cenário impacta diretamente a sociedade, especialmente a população mais vulnerável, que sofre com a falta de oportunidades e a precariedade dos serviços públicos. A solução para esses desafios não passa por políticas de estímulo via aumento do gasto público, mas sim por um compromisso com a eficiência fiscal, a melhoria do ambiente de negócios e a promoção da inovação como vetor de crescimento.

O controle dos gastos públicos deve ser a principal prioridade para a recuperação econômica do Brasil. O crescimento descontrolado das despesas, especialmente aquelas de caráter obrigatório, tem reduzido a capacidade do governo de realizar investimentos produtivos. A rigidez orçamentária, somada à elevada carga tributária, sufoca o setor produtivo e desincentiva o investimento privado. Para reverter essa situação, é primordial promover reformas fiscais que reduzam o desperdício de recursos, aumentem a transparência e garantam que o orçamento público seja direcionado para áreas estratégicas, como infraestrutura e inovação, sem comprometer a estabilidade fiscal. A adoção de um teto de gastos, por exemplo, foi

um passo importante, mas é preciso avançar em medidas complementares que garantam a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo.

A melhora do ambiente de negócios é um fator essencial para impulsionar o crescimento econômico. O Brasil ocupa posições desfavoráveis em rankings internacionais de competitividade devido à burocracia excessiva e à complexidade tributária. Empresas enfrentam altos custos para operar, o que desestimula novos investimentos e reduz a geração de empregos. A simplificação de processos, a redução da interferência estatal desnecessária e a modernização das relações empresariais são medidas fundamentais para criar um ambiente mais dinâmico e propício ao desenvolvimento do setor privado.

O aumento da produtividade é outro elemento-chave para a reversão da estagnação econômica. A economia brasileira tem crescido de forma pouco eficiente, com ganhos de produtividade muito abaixo dos padrões internacionais. Isso ocorre devido a fatores como baixa qualificação da mão de obra, deficiências na infraestrutura e inovações tecnológicas limitadas. Para elevar a produtividade, é necessário investir em educação de qualidade, qualificação profissional e estímulos à adoção de novas tecnologias, permitindo que empresas e trabalhadores se tornem mais competitivos e eficientes. A integração entre o setor produtivo e as instituições de ensino e pesquisa pode ser um caminho para alavancar a inovação e a capacitação técnica.

O investimento em tecnologia e inovação deve ser uma das grandes apostas para o futuro do Brasil. Economias avançadas e emergentes que priorizaram a transformação digital e a pesquisa científica conseguiram melhorar significativamente sua competitividade e ampliar suas bases produtivas. Incentivar setores estratégicos ligados à tecnologia, facilitar o acesso a financiamento para startups e estabelecer parcerias entre o setor público e privado são medidas que podem impulsionar a modernização econômica do país. A criação de espaços físicos ou virtuais de inovação e a promoção de ecossistemas tecnológicos são exemplos de iniciativas que podem gerar impactos positivos.

O Brasil tem uma necessidade latente de modernizar sua malha logística, reduzir custos de transporte e melhorar a qualidade dos serviços públicos. Parcerias

público-privadas e concessões bem estruturadas podem garantir o avanço da infraestrutura sem comprometer as contas públicas, desde que implementadas de forma transparente e eficiente. A atração de investimentos privados para projetos de infraestrutura é uma alternativa viável para superar as limitações orçamentárias do setor público.

O modelo baseado no aumento dos gastos públicos para impulsionar o crescimento tem se mostrado ineficaz e insustentável. É imprescindível uma agenda econômica baseada no controle fiscal, na redução da burocracia, na segurança jurídica, no aumento da produtividade e na inovação tecnológica. Essas são as ferramentas capazes de criar um ambiente favorável ao investimento, estimular a competitividade e garantir uma trajetória de crescimento duradouro da economia. A experiência internacional mostra que países que adotaram reformas estruturais semelhantes conseguiram superar crises e alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento.

O fortalecimento das instituições, a estabilidade das regras do mercado e a modernização do setor produtivo serão essenciais para construir um país mais competitivo, eficiente e justo para as próximas gerações. O crescimento econômico sustentável não depende de mais gastos, mas sim de um ambiente econômico sólido e confiável, onde o setor privado possa se expandir, inovar e gerar empregos de qualidade. A estabilidade macroeconômica é um pré-requisito para que essas transformações ocorram de forma efetiva.

O futuro do Brasil depende de uma guinada estratégica rumo a um modelo econômico que privilegie a eficiência e a responsabilidade. A transformação necessária para colocar o país em uma trajetória de crescimento sustentável exige decisões firmes e comprometimento com as reformas estruturais.

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A baixa qualidade do ensino público e a falta de acesso à educação técnica e superior limitam as oportunidades de milhões de brasileiros. Investir em educação de qualidade, desde a base até o ensino superior, é essencial para formar uma mão de obra qualificada e preparada para os desafios do mercado de trabalho moderno.

A modernização do Estado é um passo fundamental para garantir a eficiência na gestão pública. A burocracia excessiva, a corrupção e a falta de transparência são obstáculos que precisam ser superados para que o país possa avançar. A adoção de tecnologias digitais na administração pública, a simplificação de processos e o fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência são medidas que podem melhorar a qualidade dos serviços públicos e aumentar a confiança da população nas instituições.

Com decisões firmes e um planejamento estratégico de longo prazo, o país pode romper com o ciclo de estagnação e garantir um futuro mais próspero para todos os brasileiros. É necessária ação e compromisso com as mudanças necessárias para transformar o Brasil em uma nação mais competitiva, justa e desenvolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. A. S.; SILVA, Ângelo M.; FERNANDES, E. C.; BARBOSA, W. O.; SARMENTO, R. J. G.; MARQUES, E. S. Empreendedorismo E Políticas Públicas De Fomento À Educação Empreendedora No Brasil. REVISTA FOCO, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e3253, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco. v16n10-210. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3253>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MARQUETTI, A.; MIEBACH, A. D. Economia Brasileira: Quatro Décadas De "Quase" Estagnação. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372969947_ECONOMIA_BRASILEIRA_QUATRO_DECADAS_DE_QUASE_ESTAGNACAO. Acesso em: 15 fev. 2025.

AREND, M.; PEREIRA, A. J.; GUEDES, M. C.; ZUNIGA, V. F. Celso Furtado (1966) Errou? Sobre Estagnação Econômica E (Des)Industrialização Na Economia Brasileira. 52º Encontro Nacional de Economia - ANPEC 2024, Natal/RN, 2024. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2024/submissao/files_l/i2-753792dd14aa29695b74d8c3b62a6ce7.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

BARBOSA FILHO, F. de H. A Crise Econômica De 2014/2017. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BATISTA, A. B. R. C. Instrumentos De Transparência E Controle Dos Gastos Públicos. Revista Convibra de Gestão Pública, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/getPdf/15491/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BATISTA, S. L.; GOMES, V. de S.; BEVILAQUA, Julio Cesar Molon. Riscos E Oportunidades Do Comércio Exterior Em Economias Emergentes Na Última Década: Uma Averiguação Entre 2014 E 2024. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 11, p. 6232–6254, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i11.16968. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16968>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CARDOSO, A. da S. Evidências Empíricas Sobre A Relação Entre Crescimento Econômico E Desigualdade De Renda: Análise Para Os Casos Do Brasil, Dos Estados Brasileiros E Da América Latina. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). PIB Do Agronegócio Brasileiro. 2025. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 13 fev. 2025.

OLIVEIRA, Débora. Controle Dos Gastos Públicos É Desafio Para Melhorar Economia, Dizem Especialistas À CNN. CNN Brasil, 06 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/controle-dos-gastos-publicos-e-desafio-para-melhorar-economia-dizem-especialistas-a-cnn>. Acesso em: 08 fev. 2025.

FAUSTO, B. HISTÓRIA DO BRASIL. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FERNANDES, T. R. M.; SOUZA, C. B. de. Reforma Tributária E Pacto Federativo: Um Olhar Sobre Os Possíveis Impactos Redistributivos Da Ec Nº 132/2023. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 154, p. 194–213, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/2174>. Acesso em: 7 fev. 2025.

FREITAS, C. B. As Raízes Desenvolvimentistas Do Brasil De 1930. 2024. 43 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Mariana, 2024.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas: Teoria E Prática No Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M.; LINCK, P. O Choque Nos Preços Das Commodities E A Economia Brasileira Nos Anos 2000. Revista de Economia Política, v. 39, n. 3, p. 427-448, jul./set. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172019-2968>. Acesso em: 02 fev. 2025.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Planejamento, Desenvolvimento Regional E Inserção Externa: O Caso Do Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD, [S. l.], v. 44, n. 145, 2024. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1307>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MELO, L. S. de. Tecnologias Disruptivas No Contexto Da Transformação Digital. 2019. 104 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Software) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26361/1/2019_LeonardoSagmeisterDeMelo_tcc.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

MIRANDA, V. A. M. de. A Baixa Produtividade Da Economia Brasileira, O Ambiente De Negócios E Os Diagnósticos Equivocados. Revista Científica da FAI, v. 23, n. 1, p. 8-20, 2023. Disponível em: <https://fai-mg.br/revista-cientifica>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. FINANÇAS PÚBLICAS: TEORIA E PRÁTICA. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

ORAIR, R.; GOBETTI, S. Reforma Tributária No Brasil: Princípios Norteadores E Propostas Em Debate. Novos Estudos CEBRAP, v. 37, n. 2, p. 213-244. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/SPvDStxHz47863pCGcxWTHN/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PAULA, L. F. de; PIRES, M. Crise E Perspectivas Para A Economia Brasileira. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PIKETTY, T. O Capital No Século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SALGADO, V. M. S. Finanças Públicas E Estado De Bem-Estar Social No Contexto Das Sociedades Democráticas Do Século XXI. Revista Tributária e de Finanças Públicas, [S. l.], v. 162, n. 32, p. 238-252, 2024. Disponível em: <https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rtfp/article/view/803/416>. Acesso em: 7 fev. 2025.

PESTANA, Marcus. REFORMA TRIBUTÁRIA: CONTEXTO, MUDANÇAS E IMPACTOS. SENADO FEDERAL Instituição Fiscal Independente. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/estudos-especiais/2024/marco/estudo-especial-no-19-reforma-tributaria-contexto-mudancas-e-impactos-mar-2024>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, R. M. da. A Educação Superior E Seu Papel De Relevância No Desenvolvimento Econômico E Social Das Nações. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 9, p. 2157–2171, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i9.15555. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15555>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SOUSA, G. de M. Eficiência E Transparência Na Administração Pública: Desafios E Perspectivas Para Uma Gestão Responsável E Inovadora. Revista Foco, [S. l.], v. 17, n. 11, p. e7044, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-252. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7044>. Acesso em: 7 fev. 2025.

TINÔCO, G.; GIAMBIAGI, F. Perspectivas De Crescimento Da Economia Brasileira 2018-2023. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

TCU - Tribunal De Contas Da União. Os 10 Passos Da Boa Gestão Fiscal. 2023. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/75/C1/CD/E2/203C9710D5C6CE87F18818A8/TCU%20cidades_10passos-boa-gestao-fiscal_17x25cm_v1%20_1_.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

VARGAS, J.; BRITO, D. L. da S. Crises Econômicas, Política Cambial E Taxa De Câmbio: Uma Análise Do Brasil Entre 1994 E 2021. Revista Capital Científico, v. 22, n. 1, p. 75-95, jan./mar. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380948769_Crises_economicas_politica_cambial_e_taxa_de_cambio_uma_analise_do_Brasil_entre_1994_e_2021. Acesso em: 21 fev. 2025.